

Abertura ao empresariado...

Marcos Paiva

Empresários lado a lado com os burocratas estatais

Estariam mudando as relações entre os empresários e o governo? É o que parece sugerir, à primeira vista, a "abertura" de Brasília à participação da chamada iniciativa privada nos conselhos e comissões a nível governamental. Apenas na área econômica, o número destes organismos já se eleva, seguramente, a mais de cem. E é cada vez maior o número dos que contemplam a participação de empresários ou seus representantes ao lado dos burocratas estatais.

Entre os órgãos desta natureza surgidos no governo Figueiredo, o mais conhecido, sem dúvida, é a Comissão Nacional de Energia criada "com a finalidade de estabelecer diretrizes e critérios visando à racionalização do consumo e ao incremento da produção nacional de petróleo, bem como a substituição dessa para outras fontes de energia". A comissão conta 15 membros, dos quais 12 do governo e mais "três cidadãos nomeados pelo presidente da República". Outra comissão igualmente importante criada no atual governo é o Conselho Nacional do Alcool (CNAL), fundada "com a finalidade de formular a política e fixar as diretrizes do problema nacional do álcool — Proálcool". Neste, o governo tem dez membros, enquanto as outras três vagas são reservadas aos representantes das confederações nacionais da agricultura, do comércio e da indústria.

Embora não revelada publicamente, os ministérios e órgãos governamentais parecem obedecer a uma orientação geral no sentido de abrir espaço em seus diferentes canais de formulação de políticas e mesmo de decisões à participação de representantes da sociedade civil. Isto está ocorrendo não só nos novos conselhos e comissões mas inclusive pela reformulação de antigos organismos. É o caso, por exemplo, do plenário do Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC). Além dos nove membros do governo, o órgão passou a contar, no ano passado, com os presidentes da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas.

Governo reparte responsabilidade da política econômica

Até mesmo os grupos de trabalho no âmbito do governo constituídos com tarefas específicas e de vida temporária começaram a incluir, ultimamente, representantes de áreas extragovernamentais, como ocorreu nos dois grupos de trabalhos criados recentemente no ministério da Indústria e do Comércio, sendo que num deles (o grupo de trabalho sobre regulamentação da publicidade industrial) os representantes privados são em igual número (quatro) ao do governo.

O sentido desta mudança no comportamento do governo parece claro: repar-



tir com outros setores da sociedade, através de sua participação nesses canais, a responsabilidade pela formulação e gestão de parte significativa da política econômica. Coerentemente com o caráter do próprio regime, essa "abertura" só contempla um lado da sociedade: o dos patrões. Em praticamente nenhum destes centena de conselhos e comissões e mesmo nos grupos de trabalho, tanto antigos como novos, está prevista a atuação de representantes de entidades populares ou de trabalhadores, mas apenas de membros de entidades e órgãos patronais.

A classe trabalhadora, porém, não perde muito com essa discriminação pois, freqüentemente, a participação dos empresários é apenas decorativa, a começar pelo fato de que quase todos estes organismos são meramente consultivos e além disso, os representantes da classe empresarial são limitados. O caso exemplar é o do famoso Conselho Monetário Nacional, indiscutivelmente o mais importante de todos. Ali se reúnem os ministros da área econômica e os representantes mais qualificados da indústria e do sistema financeiro para, teoricamente, decidir as questões mais graves referentes à política de crédito. Embora também tenham interesse direto no estabelecimento dessa política, as classes trabalhadoras, como era de se esperar, estão excluídas desse colegiado.

De acordo com as normas de funcionamento do conselho monetário, o governo deveria distribuir aos conselheiros, com razoável antecedência, a pauta e as propostas de votos a serem discutidas nas suas reuniões. Na prática, porém, eles tomam conhecimento com a devida antecedência apenas das questões de menor importância. Somente após o início das reuniões é que os representantes privados ficam sabendo das propostas do governo referentes aos assuntos mais importantes a serem votados e freqüentemente são surpreendidos com a discussão de questões de que sequer cogitavam. Isto os impede, naturalmente, de dis-

cutir os problemas mais importantes em condições de igualdade com os do governo no conselho.

As desculpas apresentadas pelos representantes governamentais diante das reclamações dos empresários jamais variam: "trata-se de pauta extraordinária", é a infalível justificativa. Em sua atual gestão à frente da Secretaria do Planejamento, o ministro Delfim Netto não só manteve este comportamento como até ampliou a verdadeira ditadura da bancada governamental em relação aos representantes da iniciativa privada. Oficialmente o presidente do conselho é o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, mas de fato essa condição pertence a Delfim, que normalmente encerra as discussões dos assuntos mais relevantes sem que os empresários tenham sequer terminado de apresentar suas dúvidas.

Idéia de empresário conflitante com o governo, é esquecida

Além disso, quando lhe convém, Delfim convoca os ministros Camilo Penna e Ernane Galvêas e mais um ou outro representante do governo e ali realiza uma "reunião extraordinária" do conselho, da qual os representantes privados participam "por telefone". A última reunião do conselho, que decidiu as mudanças introduzidas na política cafeeira em consequência das geadas, foi realizada desta forma. E ainda freqüentemente decisões importantes que precisam oficialmente ser aprovadas pelo conselho são tomadas sem que seja feito qualquer tipo de reunião do órgão. São as decisões "ad referendum" do Conselho Monetário, cada vez mais comuns. Não se conhece até hoje nenhum caso de decisão aprovada "ad referendum" que não tenha sido referendada por ocasião da reunião do conselho em que ela foi posta em discussão.

Por outro lado, contudo, quando os empresários apresentam nas reuniões do conselho qualquer idéia que não coincida com as do governo, a sua discussão é transferida indefinidamente até o seu completo esquecimento, como já está ocorrendo com a proposta de pós-fixação da correção monetária sugerida pelo presidente da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luis Eulálio Bueno Vidigal, em uma das primeiras reuniões do conselho este ano.

O Conselho Monetário Nacional, como os outros, tem uma regra não escrita segundo a qual o sistema econômico em vigor está acima de qualquer discussão. Os empresários obedecem fielmente esta norma, evitando manifestar qualquer opinião que possa ser confundida com uma crítica ao modelo implantado a partir de 1964. Como ocorreu em outros órgão semelhantes, esse "enquadramento" dos representantes privados no Conselho Monetário somente foi conseguido após as modificações casuísticas realizadas ao longo dos anos na sua composição.

Nos fins da década de 60, por exemplo, faziam parte do conselho, como representantes da iniciativa privada, combativos representantes empresariais como o ex-presidente da América Fabril, Fernando Gasparian, do qual o governo tomou não só o assento no conselho como a própria indústria. Hoje, entre os nove representantes das "entidades privadas" no conselho incluem-se personalidades que até recentemente faziam parte da primeira fila do governo, como o ex-ministro da Indústria, Angelo Calmon de Sá, e o ex-presidente do Banco do Brasil, Nestor Lott, que também ostenta em seu currículo de serviços prestados ao regime a condição de candidato derrotado ao senado pela antiga Arena nas eleições de 1974. O mais notório representante privado no conselho, porém, é o ex-ministro da fazenda Octavio Gouvea de Bulhões. Um dos pais do atual modelo econômico, Bulhões funciona no órgão como uma es-